

# “Se Fosse Fácil, Todo Mundo Fazia”: Problemas de Descrição e Ensino no Emprego de Modos e Tempos Verbais

## “Se Fosse Fácil, Todo Mundo Fazia”: Description and Teaching Problems in the Use of Verb Modes And Tenses

Jefferson Evaristo\*

### RESUMO:

Tradicionalmente, referenciais teóricos como a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), gramáticas e/ou livros didáticos figuram como materiais de autoridade em relação à descrição e ao ensino de língua portuguesa. Tidos como objetos de verdades linguísticas, as obras são de amplo uso em todos os segmentos didáticos. Em relação à descrição dos modos e tempos verbais, apesar de algumas poucas exceções – como em Bechara (2009) –, apresentam-se a alunos e professores explicações que tendem à unanimidade, com pouco espaço – ou nenhum, no caso da NGB – para questionamentos e críticas. Nesse contexto, expressões de uso popular como “se fosse fácil, todo mundo fazia” emergem como construções que colocam o professor e o ensino em situações problemáticas. Nosso texto tem por objetivo apresentar um breve panorama da descrição dos modos e tempos verbais, mostrando como suas imprecisões têm efeito imediato no ensino da língua portuguesa. Ao fim, propusemos alguns possíveis caminhos didáticos que o professor pode trilhar nesses casos.

Recebido em 18 de maio de 2022

Aceito em 26 de julho de 2022

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2023n64.1313>

\*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, [jefferson.evaristo@uerj.br](mailto:jefferson.evaristo@uerj.br)

<https://orcid.org/0000-0002-7561-5400>

**PALAVRAS-CHAVE:** Modos e tempos verbais; descrição; ensino; proposta didática

**ABSTRACT:**

Traditionally, theoretical references such as the Brazilian Grammatical Nomenclature (NGB), grammars and/or textbooks figure as authoritative materials in relation to the description and teaching of the Portuguese language. Considered as objects of linguistic truths, the works are widely used in all didactic segments. Regarding the description of verbal modes and tenses, despite a few exceptions – as in Bechara (2009) –, students and teachers are presented with explanations that tend to be unanimous, with little space – or none, in the case of NGB – for questioning and criticism. In this context, popular expressions such as “if it was easy, everyone did it” emerge as constructions that place the teacher and teaching in problematic situations. Our text aims to present a brief overview of the description of verbal modes and tenses, showing how their inaccuracies have an immediate effect on Portuguese language teaching. At the end, we proposed some possible didactic paths that the teacher can follow in these cases.

**Keywords:** Verbal modes and tenses; description; teaching; didactic proposal

## Introdução

Os verbos talvez sejam a classe gramatical mais temida pelos alunos e, não raramente pelos próprios professores. São comumente tidos como muito difíceis, como algo a ser decorado ou, em casos mais infelizes, como traumas a serem superados, dada a forma como foram ensinados.

De fato, os verbos, embora não possam ser tidos como o “monstro” que às vezes se lhes faz, são uma categoria de palavras que demanda observação e atenção, dada a sua configuração gramatical e discursiva própria. É uma classe de palavras bastante produtiva, central para a língua, motivo pelo qual recebe, também, atenção maior nos estudos linguísticos.

Parte desses estudos incidirá, ainda, sobre as noções de tempo e de modo do verbo, como algumas de suas características intrínsecas. Tempo, aspecto, pessoa e voz, por exemplo, seriam outras possíveis características

que poderiam ser consideradas, embora aqui nossa proposta afaste-se parcialmente delas para focar naquelas duas primeiras mencionadas.

Para efeitos didáticos, nosso texto estará dividido em cinco momentos. O primeiro, presente, em que brevemente apresentamos nossa proposta. O segundo, em que discutimos alguns aspectos acerca do tempo e do modo do verbo. No terceiro e quarto, apresentaremos algumas reflexões acerca dos problemas relacionados à análise do tempo e do modo do verbo na sua relação com a descrição e o ensino para, por fim, articular algumas considerações finais para a questão.

## 1. O tempo e o modo na categorização dos verbos

Dentre as categorias possíveis para observação e análise do verbo, estão as de tempo e modo. Aqui, já de início, apresentam-se problemas para a descrição e o ensino habituais pela compreensão parcial – por vezes, pela má compreensão – do que seriam o tempo e o modo do verbo. Começemos pelo modo do verbo.

De acordo com a Nomenclatura Gramatical Brasileira (BRASIL, 1958), a NGB, há apenas três modos verbais na língua portuguesa: indicativo, subjuntivo e imperativo (BRASIL, 1958, p. 4). Essa explicação é seguida, quase sem nenhuma exceção, por todos os livros didáticos, manuais de ensino e muitas das gramáticas da língua, como por exemplo a de Celso Cunha e Lindley Cintra (2017, p. 394), a de Rocha Lima (2003, p. 122) ou a de Azeredo<sup>1</sup> (2018, p. 180-184).

A categoria de modo verbal seria, pela definição de Cunha e Cintra, “as diferentes formas que toma o verbo para indicar a atitude (de certeza, dúvida, de suposição, de mando, etc.) da pessoa que fala em relação ao fato que enuncia” (CUNHA, 2017, p. 394); Lima, por sua vez, apresenta definição mais

---

1 Embora o autor não chegue a enunciar um texto do tipo “as categorias do verbo são...”, sua apresentação mantém a mesma estrutura dos outros autores e da própria NGB.

reduzida: “o modo caracteriza as diversas maneiras sob as quais a pessoa que fala encara a significação contida no verbo” (LIMA, 2003, p. 122), seguindo por uma enumeração dos mesmos três modos verbais já preconizados na NGB (BRASIL, 1958). O modo, portanto, seria uma categoria de escolha do falante, segundo a qual ele apresentaria a forma como estrutura o que fala em matéria de assertividade, dúvida, insegurança ou obrigatoriedade, por exemplo.

No modo indicativo, o falante expressaria um verbo que representaria uma certeza de fala, uma informação real e segura, sem margem para dúvidas. Seria a afirmação explícita de algo, como em (1):

(1) Eu como uma maçã.

No modo subjuntivo, de maneira como que contrária ao modo indicativo, estariam expressos verbos que apresentariam dúvidas, incertezas, inseguranças ou informações oscilantes. Seria a afirmação parcial de algo, como em (2)

(2) Talvez eu coma uma maçã.

No modo imperativo, figuração terciária possível aos verbos, haveria uma representação ainda mais particular: a necessidade do falante de, por assim dizer, agir sobre a pessoa com que fala, a fim de que ela cumpra determinada ordem, desejo, expectativa ou conselho, por exemplo. Seria a ordenação de algo, como em (3):

(3) Faça o que precisa ser feito.

Essa definição, prototípica e bastante difundida, como dissemos, é a base do ensino habitual da disciplina – seja em manuais mais tradicionais, como o de Terra (1997, p. 73), seja em manuais mais recentes e aprovados no

PNLD<sup>2</sup>, como o de Cereja (2016, p. 200). Porém, outros autores irão discordar da dimensão exposta. É o caso de Bechara (2009, p. 221-222), que, em sua *Moderna Gramática Portuguesa*, por exemplo, acrescenta outros dois modos possíveis ao verbo, subdividindo os modos subjuntivo e imperativo. Para ele, haveria ainda os modos optativos e o condicional.

No modo condicional, o autor afirma estarem agrupados os verbos que expressam uma noção de dependência de outra ação verbal, de condicionalidade em relação a outro evento. É o caso de (4), em que a ação de cantar está condicionada à ação de ser permitido.

(4) Eu cantaria, se fosse permitido.

No modo optativo, estariam agrupados os verbos com noção de desejo por parte do falante, como em (5):

(5) Que faça sol hoje!

Ou seja, para Bechara (2009), a divisão habitual da NGB e das demais gramáticas e livros didáticos não daria conta da dimensão dos modos dos verbos, sendo necessário acrescentar outros dois modos inicialmente não previstos. A proposição de Bechara, por sua vez, vai contra a própria necessidade da existência da NGB, que se definia como sendo a “**uniformização** e simplificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira [grifos nossos]” (BRASIL, 1958, p. 1). Uma necessidade que era expressa

---

2 “O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.” – Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnlid> – acesso em 12/05/2022 às 17h11.

pela profusão de terminologias existentes na época. Em outras oportunidades SILVA-ALVES et al, 2020; SILVA-ALES et al 2020b; SILVA-ALVES et al, 2020c, já pudemos nos debruçar com maior detalhamento acerca da NGB, com seu contexto e desdobramentos. Ainda assim, como demonstra Henriques,

Em 1958, quando os ilustres membros da comissão passaram às mãos do Ministro de Estado da Educação e Cultura, Clóvis Salgado, o Anteprojeto de simplificação e unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, o que havia no ensino da língua portuguesa no Brasil era um total conflito no emprego de termos. Tal situação só gerava polêmicas e discussões, prejudicando única e exclusivamente o estudante do curso médio<sup>3</sup>, diversas vezes enredado por não saber decifrar a variedade de códigos terminológicos que lhe eram impostos e cobrados em provas e concursos (HENRIQUES, 2009, p. 16)

Azeredo (2018, p. 71-77), por sua vez, em sua gramática Houaiss, apresenta os aspectos de modalização da fala como sendo realizados, também, mas não exclusivamente, pelos verbos, indicando noções como suposição ou necessidade. Para ele, não que sejam novos modos do verbo, mas seriam novos modos de modalização da fala, que se expressariam nos verbos indicando sentidos como os de suposição e necessidade. Uma certa mudança em relação à visão tradicional de modos, ainda que sem elencar novos conceitos de modos para o verbo.

Em relação ao tempo dos verbos, também a NGB (BRASIL, 1958, p. 4) irá se posicionar indicando apenas três tempos absolutos: presente, pretérito e futuro, que comportariam ainda algumas subdivisões em relação ao pretérito e ao futuro, articulando-se, ainda, com os modos.

---

3 Henriques (2009, p. 15-16) mostra ainda, citando um exemplo dado por Chediak, um caso emblemático para a questão: no vestibular de 1956 do curso de Odontologia do que viria a ser a UFRJ, então Universidade do Brasil, pedia-se para se analisar o vocábulo “bom” na expressão “o bom brasileiro zela pelo progresso do Brasil”. O resultado foi o de treze diferentes nomenclaturas para o mesmo termo.

De imediato, chama a atenção a noção de que, em geral, o tempo do verbo é tomado apenas a partir da noção temporal em relação ao momento de fala que, como veremos, será problemática. Para a NGB – e, por extensão, para a maior parte das gramáticas e dos livros didáticos –, haveria o momento de fala (presente), um momento anterior ao de fala (pretérito) e um momento posterior ao de fala (futuro).

Azeredo (2018) é quem chama a atenção para o fato de que a compreensão de tempo restrita ao momento de fala – na nomenclatura do autor, momento de enunciação – seria a base para possíveis inconsistências na observação dos verbos. Para o autor, a simples definição de tempo como tal não daria conta de enunciados como em (6), posto que no momento de nossa enunciação não necessariamente estamos em setembro.

(6) Setembro é o mês das flores.

Isso se dá porque, de maneira geral, a relação de tempo expressa pelo momento da enunciação comporta apenas algo notoriamente acontecido em momento anterior ou posterior; fora dessas duas dimensões, todo o restante será presente.

À ideia inicial dos tempos verbais, é necessário ainda estabelecer alguns comentários. O primeiro deles é o de que o pretérito, no modo indicativo, pode ser subdividido em perfeito, imperfeito e mais-que-perfeito – o que causa outra inconsistência em relação ao tempo. O segundo é o de que o futuro pode ser subdividido em futuro do presente e futuro do pretérito. Por fim, é possível termos formas concomitantes para o modo indicativo e o subjuntivo nos três tempos verbais, embora o imperativo só se manifeste no presente.

Na próxima seção, veremos em detalhes alguns problemas decorrentes da relação tempo x modo verbal para a descrição e o ensino.

## 2. Problemas de descrição e ensino dos modos e tempos verbais

Na sessão anterior, ao apresentar as categorias de modo e tempo verbal, já adiantamos alguns pontos que apresentariam problemas. Nesta seção, discutiremos o emprego dos modos e dos tempos verbais, sempre em correspondência com possíveis problemas na descrição e no ensino dos verbos. Aqui, por efeito didático e pertinência à NGB, consideraremos apenas as três categorias iniciais de modo do verbo.

A primeira dimensão a ser observada é a da noção de presente para a ação verbal. Vimos como, em Azeredo (2018), há uma crítica à marcação do presente como sendo o momento da enunciação. Para o autor, mais importante que a enunciação é o ponto de referência ao qual a enunciação se coloca, parâmetro segundo o qual sua noção de enunciação vai se desenrolar. Assim, em um exemplo como (6), apesar de o momento da enunciação não coincidir com o mês de setembro, o ponto de referência assumido para a enunciação é o mês de setembro, criando uma assertiva, uma afirmação acerca do mês. Com isso, seriam resolvidos os problemas relacionados à noção temporal daquilo que autores como Cunha e Cintra chamam de presente habitual: “para indicar uma ação habitual ou uma faculdade do sujeito, ainda que não estejam sendo exercidas no momento em que se fala” (CUNHA e CINTRA 2017, p. 463). Segundo os dois gramáticos, haveria quatro possibilidades para a marcação do presente: um presente habitual, como vimos; um presente durativo; um presente histórico; e um presente momentâneo (CUNHA e CINTRA 2017, p. 462-463). Outro exemplo dessa noção de presente com duração alargada como em (6) de tempo pode ser vista em (7), naquilo que, pelas palavras de Cunha e Cintra, seria um presente durativo.

(7) A Terra é um planeta.

No exemplo acima, pouco importa o momento de enunciação em que a frase ocorra. Qualquer que seja ele, sempre teremos como referência



a ideia de que, no presente momento, a terra é um planeta; ainda que o momento de enunciação seja pretérito ou eventualmente futuro, a afirmação em (7) será válida.

O presente histórico seria uma utilização segundo a qual, para dar ênfase, vivacidade ou importância a fatos, a ação verbal do passado é trazida para o presente. É comum, por exemplo, nas narrativas. Pensemos em um caso como o da possível narrativa de um jogo de futebol (8). No exemplo, é possível ainda a intercalação entre momentos pretéritos e momentos no presente histórico.

(8) O jogo começou naquele dia de Maracanã. O Brasil sai com a bola, Neymar toca de lado para o meia e a partida continua. Foi um jogo incrível.

O presente habitual, portanto, diz respeito a alguma ação habitual do sujeito que pode ou não estar manifesta no momento da enunciação. É uma ação tida como frequente, como constante. Aqui, Cunha e Cintra (2017) se aproximam de Azeredo (2018) e sua noção de ponto de referência. É o caso de (10):

(10) Sou extrovertido, embora não pareça.

Por fim, haveria o presente momentâneo, coincidente com a noção de momento da enunciação de Azeredo (2018). É o exemplo em (11), em que a ação do verbo coincide com a ação de enunciação.

(11) Cai uma chuva torrencial agora.

Haveria, ainda, uma noção de uso do verbo no presente para a indicação de ação futura ou esperada, geralmente antecipada por um advérbio de tempo ou algum outro marcador discursivo. Vejamos o caso em (12), perfeitamente possível para a língua portuguesa.

(12) Amanhã you chegar cedo em casa e resolver o problema.

Bechara (2009) falará ainda em um “presente eterno”, que congregaria máximas universais indiscutíveis, como no caso em (13):

(13) O homem é mortal

Os casos listados apenas para os verbos no presente do indicativo já apontam o problema concernente à descrição e ao ensino do tempo dos verbos, que pode ainda se desdobrar em momentos pretéritos e futuros.

No âmbito discursivo-pragmático, outro ponto de destaque para a descrição e o ensino é o da utilização “indevida” – no âmbito da gramática normativa – de um determinado tempo verbal em lugar de outro. Vejamos duas ocorrências possíveis em (14) e (15).

É possível, por exemplo em (14), a indicação de uma ação com certeza que utilizasse o pretérito imperfeito do indicativo no lugar do futuro do pretérito. Nesse caso, haveria uma construção como:

(14) Isso é tão fácil que qualquer um fazia.

No caso, a marcação verbal habitual seria faria, valendo-se daquilo que Bechara (2009) chama de condicionalidade do verbo (a bem da verdade, em outras línguas, como o italiano<sup>4</sup>, o verbo no futuro do pretérito é chamado de condicional). Porém, na ocorrência, o uso é feito a partir do pretérito imperfeito do indicativo. Um uso discursivo-pragmático que impacta diretamente na descrição e no ensino da língua.

Outra possível ocorrência seria a de (15), também para marcação de efeito de certeza. Imaginemos uma situação em que, no futuro, alguém quer

---

4 Dentre os possíveis trabalhos de referência para o aprofundamento, citamos a pesquisa de Cintra (2016) ou a de Giomi (2010).

expressar uma ideia com tanta segurança que a coloca como uma ação já pretérita.

(15) A Copa do Mundo de 2022? O Brasil já ganhou!

Aqui, há tanta certeza em relação ao fato de o Brasil ganhar a Copa do Mundo que, mesmo sendo uma ocorrência de futuro, o uso verbal é o do tempo no passado, como se o que fosse dito fosse “eu não tenho dúvidas de que o Brasil ganhará a Copa do Mundo de 2022”. Ao mesmo tempo, a marcação de incerteza típica de um cenário como o vencedor de uma Copa do Mundo deveria ser expressa pelo modo subjuntivo, não pelo indicativo. Em (15), tanto tempo quanto modo são empregados em uma outra perspectiva discursivo-pragmática. Mais uma vez, uma questão que transcende a narrativa habitual dos modos e dos tempos do verbo.

### **3. “Se fosse fácil, todo mundo fazia” – problemas de descrição e propostas de ensino**

Tomando por base a explicação feita na seção anterior e, especialmente o exemplo (14) anteriormente mencionado, faremos agora uma proposta de atividade que possa discutir melhor a questão dos modos e tempos verbais. Para tanto, vamos tomar como base uma famosa frase: “se fosse fácil, qualquer um (todo mundo) fazia”.

Como mencionado, aqui há uma inconsistência em relação ao uso dos modos e tempos verbais, ocasião em que o “faria” transforma-se em “fazia”. A utilização do verbo no pretérito imperfeito do indicativo na posição do verbo no futuro do pretérito é um dos casos que, comuns, traz problemas para a descrição linguística tomando por base a NGB, gramáticas ou manuais didáticos.

Uma pesquisa no Google Brasil<sup>5</sup> pela chave “se fosse fácil, todo mundo fazia” apresenta o resultado de trinta e quatro milhões de entradas. Um número significativo que indica, de certo modo, a ampla ocorrência do termo<sup>6</sup>. Dentre as entradas, listamos algumas que consideramos significativas:

- a) Uma matéria publicada na Revista Época Negócios, do grupo O Globo<sup>7</sup>.
- b) Uma matéria publicada na prestigiada Revista Forbes<sup>8</sup>.
- c) Uma publicação na rede social *Twitter*<sup>9</sup>
- d) A comercialização de uma camiseta com a frase “Se fosse fácil, todo mundo fazia”<sup>10</sup>.

Os exemplos acima, não exaustivos, são – cremos – o suficiente para sustentar o que queremos afirmar: a expressão buscada é de uso corrente na língua portuguesa, sendo relativamente comum em situações bastante adversas: em (a), temos uma publicação veiculada numa revista de expressão nacional em nosso país, vinculada a um dos maiores – se não o maior – grupo de comunicação do Brasil, com mais de vinte anos de existência; em (b) temos outra publicação de revista, mas agora uma revista americana mundialmente conhecida, figurando entre as maiores de seu ramo – em seu site<sup>11</sup>, sua apresentação a define como “a mais conceituada revista de negócios e economia do mundo”; em (c), a publicação em questão foi feita por um perfil com aproximadamente um milhão de seguidores, o que indica a relevância e o alcance do perfil que postou o *tweet*; por fim, em (d), o fato de a frase estar numa camiseta à venda é relevante porque mostra que o uso da expressão

---

5 Pesquisa realizada em 16/06/2021 às 21h24

6 Ou de resultados próximos, como em geral o Google indica.

7 <https://glo.bo/2TzeeNQ> - acesso em 13/05/2022 às 21h28

8 <https://bit.ly/35rd8GH> - acesso em 13/05/2022 às 21h28

9 <https://bit.ly/3cNoGlc> - acesso em 13/05/2022 às 21h30

10 <https://bit.ly/3vBZk6B> - acesso em 13/05/2022 às 21h32

11 <https://forbes.com.br/> - acesso em 13/05/2022 às 21h37

buscada, de tão difundido, tornou-se comercializável e, em certo sentido, algo desejável. Escolhemos os quatro exemplos acima mas, considerando o resultado de dezenas de milhões de entradas na busca no Google, muitos outros, certamente, poderiam ter sido escolhidos. A adequação ao espaço e a intenção de não cansar o leitor com inúmeros exemplos nos levam a limitar a exemplificação.

Aqui, chegamos a um impasse para o professor: se optar por seguir a NGB, gramáticas ou livros didáticos, sua apresentação dos fatos linguísticos não servirá para explicar um possível uso linguístico – e aqui, novamente, ficaremos com apenas um exemplo possível; se optar por prescindir das explicações mais oficiais, colocará o aluno numa posição em que, possivelmente, será prejudicado quando da necessidade de comprovação de aprendizagem num contexto formal, como o de um concurso público.

A resposta, naturalmente, não é simples nem imediata. Muitos outros autores já tentaram trazer alguma luz para a questão, como Antunes (2003; 2010; 2014), Camargo (2004), Fuza (2011) e Hawad (2012). Uma questão de longa trajetória de discussão, também já abordada por nós em Camara, Felipe e Evaristo (2022) e Evaristo (2018) e que, ainda hoje, continua a ser um objeto de pesquisa, estudo e reflexões.

Isso se dá porque, não raramente “o conhecimento teórico disponível a muitos professores, em geral, se limita a noções e regras gramaticais apenas, como se tudo o que é uma língua em funcionamento coubesse dentro do que é uma gramática” (ANTUNES, 2003, p. 40). Uma questão de longa trajetória de discussão, já abordada por nós em Silva-Alves e Coelho (2020), Evaristo, Coelho e Schlee (2018) e que, ainda hoje, continua a ser um objeto de pesquisa, estudo e reflexões.

Longe de buscarmos dar uma solução – que seria, de maneira invariável, simplista e reducionista – para a questão, optamos por propor algumas hipóteses possíveis a professores quando estiverem diante de um cenário como o descrito. O caminho pode passar, dentre outras ações, por:

- a) Indicar a existência e diferenciação entre uma gramática normativo-prescritiva e uma descritiva; a partir da diferença de visão gramatical, explicar aquilo que para uma é conhecido como “erro” e para outra é conhecido como “opção linguística do sistema”. Na sequência, estimular os alunos a observarem outros possíveis exemplos da mesma questão.
- b) Demonstrar, a partir da fonética e da fonologia, que uma possível explicação para a troca de “faria” por “fazia” pode ter por base uma aproximação acústica entre as duas palavras, motivada pela troca de apenas um fonema. A partir disso, buscar outros exemplos similares.
- c) Levar os alunos a reconhecer as possíveis influências da oralidade na escrita e como as duas se articulam e se influenciam mutuamente.

Os breves exemplos acima podem auxiliar o professor a dar soluções didáticas para a questão que apresentamos em (14), o que permitirá a ele ser um profissional que, “com base em princípios teóricos, científicos e consistentes, observa os fatos da língua, pensa, reflete, levanta problemas e hipóteses sobre eles e reinventa sua forma de abordá-los, de explicitá-los ou explicá-los (ANTUNES, 2003, p. 44).

Considerando o espaço de que dispomos para o desenvolvimento de nossa proposta, não será possível aprofundar outros tempos verbais ou modos; poderemos, apenas, indicar alguns outros caminhos “inconsistentes” que mereceriam maior atenção e que, aqui, serão apenas apontados.

Um desses casos possíveis é o da diferença entre as marcações de pretérito perfeito e imperfeito e como esses aspectos influenciam na percepção de uma ação verbal completa pontualmente ou que se desenvolve, não sendo pontual. Quais efeitos de sentido são possíveis com o uso intercalado de pretérito perfeito, imperfeito e presente do indicativo, por exemplo?

Como expressar com exatidão uma ação que acontece no “passado do passado”, como o verbo no pretérito mais-que-perfeito do indicativo? Se o pretérito imperfeito é uma ação inconclusa e o pretérito perfeito é uma ação conclusa, não seria lícito afirmar que, em dado momento, o perfeito agirá como esse “passado do passado” em relação ao imperfeito?

Outro aspecto a ser considerado diz respeito, nos casos imperativos, à dicotomia entre a norma culta e a norma coloquial em relação ao uso das formas verbais – o que impacta, ainda, na colocação pronominal, por exemplo. O conhecido poema *Dê-me um cigarro, diz a gramática*, é exemplo da questão a ser discutida. Há, ainda, na fala espontânea, o uso do imperativo e da colocação pronominal como Oswald de Andrade já discutia um século atrás? Sendo a resposta negativa, como conciliar a descrição e o ensino do modo imperativo com a normatividade gramatical?

Em relação à descrição, cabe ao professor/linguista a tarefa de mapear as ocorrências, estabelecer parâmetros de repetição e compreender fenômenos de uso da linguagem próprios, como os exemplos (14) e (15) a que fizemos referência antes.

No caso específico do ensino, é necessário conciliar as ocorrências documentadas na descrição com a capacidade expositiva de apresentação e de explicação da diferente percepção de tempo requerida em cada exemplo. Não que seja necessário ensinar aos alunos, por exemplo, sobre filosofia da linguagem e o aspecto ontológico do tempo; não é necessário. Basta, para tanto, que os exemplos sejam factíveis e pertinentes ao universo do conhecimento linguísticos dos alunos (ANTUNES, 2014).

Devemos levar em conta, sobretudo o emprego do verbo nas ocorrências particulares, considerando seu aspecto gramatical, discursivo, pragmático e textual. Recordemo-nos de que é necessário, tanto na descrição quanto no ensino, que a prioridade do trabalho linguístico seja com a compreensão – seja para observação, seja para ensino – do emprego verbal em questão. Não esqueçamos de que, antes de tudo, temos que privilegiar o sentido e a compreensão do que se faz com a linguagem; nesse sentido, o tempo e o modo do verbo eventualmente podem estar em desacordo com as regras gramaticais habituais.

## 4. A título de encerramento de nossa proposta

Vimos, pelos casos discutidos, três pontos aos quais queremos ainda dar destaque final: em primeiro lugar, que as características de tempo e modo do verbo podem se manifestar de maneira variada nas ocorrências discursivo-pragmáticas e textuais da língua, sendo todas elas produtivas e com recorrências mil; em segundo lugar, observamos que há numerosos pontos aos quais seria possível tecer alguma crítica, em maior ou menor grau; por fim, em terceiro lugar, vimos que, na prática, o potencial de usos dos verbos é muito mais extenso do que a pretensa divisão entre três modos e três tempos verbais, preconizada pela NGB e por outros livros didáticos e gramáticas. De maneira a ilustrar nossa proposta, apresentamos quase duas dezenas de exemplos de diferentes ocorrências de todos esses processos; o espaço, porém, nos impede de aprofundar ainda mais a discussão.

Os excertos analisados, naturalmente, cobrem parcela ínfima da multiplicidade de ocorrências possíveis para a nossa discussão. Buscamos, em nossa proposta, apresentar alguns deles, sempre em correlação direta com a descrição e o ensino da língua, elementos aos quais não podemos deixar de fazer consideração.

## Referências

ANTUNES, Irandé. **Gramática contextualizada – limpando “o pó das ideias simples”**. São Paulo: Parábola, 2014.

ANTUNES, Irandé. **Análise de textos: fundamentos e práticas**. São Paulo: Parábola, 2010.

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola, 2003.

AZEREDO, José Carlos Santos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. 4. ed. São Paulo: Publifolha, 2018.



BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. **Nomenclatura Gramatical Brasileira**. Rio de Janeiro: CADES, 2008.

CAMARA, T. M. N. L. ; FELIPE, MÁRCIA DA GAMA SILVA ; EVARISTO, Jefferson. Ensinar língua portuguesa: uma discussão sempre ultrapassada e sempre nova. In: **Descrição, Contato e Ensino de Língua Portuguesa**. Ied. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Letras - UERJ, 2022.

CAMARGO, Thaís N. de. Língua padrão e cidadania. In: HENRIQUES, Claudio C.; SIMÕES, Darcilia M. P. **Língua e Cidadania: novas perspectivas para o ensino**. Rio de Janeiro: Editora Europa, 2004.

CEREJA, William Roberto. **Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso – volume 2**. São Paulo: Saraiva, 2016.

CINTRA, Monique Carbone. **Considerações sobre o emprego do futuro do subjuntivo na produção escrita de aprendizes italianos de PLE**. 31/05/2016 168f. Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa. Universidade Estadual paulista, Araraquara.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 4. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

EVARISTO, Jefferson. **Língua Portuguesa, Educação e Cidadania: Proclamação da Interdependência**. HUMANIDADES & INOVAÇÃO, v. 5, p. 120-130, 2018.

EVARISTO, Jefferson; COELHO, Fábio A. C. ; SCHLEE, Magda Bahia . Formação de professores: da teoria à prática, o “início” e a “continuação”. In: Jefferson Evaristo do Nascimento Silva; Fábio André Cardoso Coelho, Magda Bahia Schlee. (Org.). **Formação de professores: da teoria à prática, o “início” e a “continuação”**. Ied. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2018.

FUZA, Angela F; et al. **Concepções de linguagem e o ensino da leitura em língua materna**. Linguagem & Ensino, Pelotas, v.14, n.2, p. 479-501, jul./dez, 2011.

GIOMI, Riccardo. **Para uma caracterização semântica do futuro sintético romântico: descrição e análise dos valores do futuro do indicativo em português e em italiano**. 2010 232f. Mestrado em Linguística. Universidade de Lisboa, Lisboa.

HAWAD, Helena Feres. **Ensinando gramática para o uso da língua materna**. Matraca, Rio de Janeiro, v.19 n.30, jan./jun, 2012.

HENRIQUES, Claudio Cezar. **Nomenclatura Gramatical Brasileira: 50 anos depois**. São Paulo: Parábola, 2009.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

SILVA-ALVES, Jefferson Evaristo do Nascimento; COELHO, Fábio A. C. . Sobre a arte de ensinar - o Eu, o aluno e o professor. In: **Ensino de Língua Portuguesa: Fundamentos e Aplicações**. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2020.

SILVA-ALVES, Jefferson Evaristo do Nascimento; FELIPE, Márcia Da Gama Silva; CAMARA, T. M. N. L.; MONTEIRO, Luiz A. C. (Orgs.). **Evanildo Bechara e os bastidores da NGB**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2020.

SILVA-ALVES, Jefferson Evaristo do Nascimento; FELIPE, Márcia Da Gama Silva; MONTEIRO, Luiz A. C. ; RETONDAR, Heloana C. ; SANTOS, Marizeth F. dos. Um passeio pela tradição linguística na primeira pessoa do plural. In: **Evanildo Bechara e os bastidores da NGB**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2020.

SILVA-ALVES, Jefferson Evaristo do Nascimento; FELIPE, Márcia Da Gama Silva; MONTEIRO, Luiz A. C.; RETONDAR, Heloana C.; SANTOS, Marizeth F. dos. Análise de matérias jornalísticas sobre a NGB. In: **Evanildo Bechara e os bastidores da NGB**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2020.

TERRA, Ernani. **Gramática, literatura & redação para o ensino médio**. São Paulo: Scipione, 1997.